

**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Segurança**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 11.

No dia 9 de janeiro de 1921, um sortido grupo reuniu-se no salão de festas do badalado restaurante Trianon, no alto da aprazível avenida Paulista, para um banquete em homenagem a Menotti Del Picchia, que lançava uma edição do poema Máscaras.

Situado na área hoje ocupada pelo MASP, o Trianon era uma espécie de restaurante-pavilhão, com salão de chá e de festas. Inaugurado em 1916, tornou-se um dos centros da vida social paulistana, com seus bailes, concertos, aniversários, casamentos e banquetes.

Naquele domingo de verão, ilustres integrantes do mundo cultural e político foram prestigiar o escritor e redator político do Correio Paulistano, homem de amplo arco de amizades.

Mário de Andrade, que estava presente, escreveu sobre a festa na edição da Ilustração Brasileira. Impressionou-se com a diversidade dos convidados, um séquito de homens das finanças, poetas e escritores da velha e da jovem guarda.

Figurões revezaram-se na tribuna, até chegar a vez de Oswald de Andrade, que faria soar, nas palavras de Mário de Andrade, "o clarim dos futuristas" – aquela gente "do domínio da patologia", como gostavam de escrever "certos críticos passadistas, num afanoso rancor pelas auroras".

O tribuna foi logo avisando que não gostaria de confundir sua voz com o cantochão dos conservadores. Juntava-se à louvação a Menotti, mas "numa tecla de sonoridade diferente", em nome "de um grupo de orgulhosos cultores da extremada arte de nosso tempo". Para selar o pertencimento de Menotti ao clã dos modernos, a máscara de seu rosto, esculpida por Victor Brecheret, lhe era ofertada. Disse Oswald: "Examina a máscara que te trazemos em bronze. Produziu-a de ti a mão elucidadora de Victor Brecheret que, com Di Cavalcanti e Anita Malfatti, afirmou que a nossa terra contém uma das mais fortes, expressivas e orgulhosas gerações de criadores".

Não poderia faltar ao discurso a exaltação do dinamismo paulista, pano de fundo da inquietação dos novos artistas e escritores. Num mundo – dizia o orador futurista – em que o pensamento e a ação se deslocavam da Europa para os "países descobertos pela súplica das velas europeias", São Paulo surgia como uma espécie de terra prometida da modernidade. Com suas chaminés e seus bairros em veloz expansão, a cidade agitava as "profundas revoluções criadoras de imortalidades".

E, se a capital bandeirante podia promover aquela festa e nela ofertar uma "obra-prima" de Brecheret ao homenageado, isso significava que uma etapa do processo de arejamento das mentalidades já estava vencida.

Na avaliação de Mário da Silva Brito, o que se viu no Trianon foi o lançamento oficial do movimento modernista em território hostil – um "ataque de surpresa no campo do adversário distraído". Ao que parece, entretanto, a distração do respeitável público foi mais funda – a ponto de poucos terem notado que as palavras ali proferidas representavam um "ataque". Oswald foi aplaudido por passadistas, futuristas e demais presentes. "Todos estavam satisfeitos porque se julgavam incorporados à 'meia dúzia' de que falara o audaz", ironizou Mário de Andrade.

(Adaptado de GONÇALVES, Marcos Augusto. 1922: A semana que não terminou. São Paulo, Cia. das Letras, 2012, formato ebook)

1. Depreende-se do contexto que a ironia de Mário de Andrade (final do texto) deve-se ao fato de que

- (A) a *distração do respeitável público* presente no evento desrespeitava não apenas o anfitrião como também o orador.
- (B) Oswald de Andrade não considerava todos os *integrantes do mundo cultural e político* presentes no evento como membros do seletivo grupo de artistas revolucionários em que se incluía.
- (C) se pensava que os *países descobertos pela súplica das velas europeias*, entre os quais se incluía o Brasil, eram incapazes de produzir arte de vanguarda, digna das capitais europeias.
- (D) o presente ofertado pelos futuristas ao homenageado, visto como uma "*obra-prima*" de Brecheret pelo grupo de artistas revolucionários, causou pouco entusiasmo ao público, ainda não acostumado a obras modernas.
- (E) o discurso de Oswald de Andrade, que *fará soar, nas palavras de Mário de Andrade, "o clarim dos futuristas"*, não provocou o efeito desejado, entendendo a plateia em vez de surpreendê-la.

2. O segmento que reforça a ideia de que Menotti Del Picchia era *homem de amplo arco de amizades* está em:

- (A) ... espécie de terra prometida da modernidade...
- (B) ... tornou-se um dos centros da vida social paulistana...
- (C) ... as "profundas revoluções criadoras de imortalidades".
- (D) Impressionou-se com a diversidade dos convidados...
- (E) ... num afanoso rancor pelas auroras.

3. ...o que se viu no Trianon foi o lançamento oficial do movimento modernista em território hostil... (último parágrafo)

No contexto, o segmento acima expressa a

- (A) visão do autor do texto a respeito da reação hostil do público conservador presente no evento mencionado.
- (B) opinião de Mário de Andrade a respeito do início atribuído do modernismo vanguardista paulistano.
- (C) constatação de que havia no evento pessoas conservadoras, que se demonstrariam avessas à estética modernista.
- (D) crítica feita por Mário da Silva Brito à recepção desfavorável de suas palavras por parte do público.
- (E) hipótese aventada pelo autor do texto a respeito das razões para a pequena adesão ao movimento dos modernistas.



4. Em conformidade com o contexto, está correto o que se afirma em:
- (A) *...a máscara de seu rosto, esculpida por Victor Brecheret, lhe era ofertada.* (6º parágrafo).
O pronome sublinhado refere-se a *Menotti Del Picchia*.
- (B) *Figurões revezaram-se na tribuna...* (5º parágrafo).
A frase acima está empregada na voz passiva.
- (C) *...em que o pensamento e a ação se deslocavam da Europa...* (7º parágrafo).
Sem prejuízo para a correção e o sentido original, o segmento grifado pode ser substituído por “ao qual”.
- (D) *Juntava-se à louvação a Menotti...* (6º parágrafo).
A crase empregada acima é facultativa e pode ser suprimida, sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- (E) *...o pensamento e a ação se deslocavam da Europa...* (7º parágrafo).
O verbo do segmento acima também estaria corretamente empregado no singular.
-
5. *...que lançava uma edição do poema Máscaras.*
O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está em:
- (A) *... que não gostaria de confundir sua voz...*
- (B) *... tornou-se um dos centros da vida social paulistana...*
- (C) *Figurões revezaram-se na tribuna...*
- (D) *...São Paulo surgia como uma espécie de terra prometida da modernidade.*
- (E) *Produziu-a de ti a mão elucidadora de Victor Brecheret...*
-
6. *... que as palavras ali proferidas representavam um “ataque”.* (último parágrafo)
O *ataque* mencionado acima
- (A) refere-se à forma hostil com que o orador se posicionou contra o conservadorismo de algumas pessoas presentes no evento.
- (B) representa a violência com que a plateia de “figurões” reagiu ao se perceber desprestigiada.
- (C) possui conotação irônica, já que não se tratava de um ataque propriamente dito, pois o orador defendia os ideais da maioria dos convidados.
- (D) situa-se no campo da imaginação do orador, pois ninguém da plateia percebeu que suas palavras expressavam algum tipo de crítica.
- (E) assinala a reprovação do autor do texto a respeito da intenção do orador no evento citado.
-
7. *Oswald foi aplaudido por passadistas, futuristas e demais presentes.*
Transpondo-se a frase acima para a voz ativa, a forma verbal resultante será:
- (A) aplaudia.
- (B) aplaudiu.
- (C) aplaudem.
- (D) aplaudem-se.
- (E) aplaudiram.
-
8. *Ao que parece, entretanto, a distração do respeitável público foi mais funda – a ponto de poucos terem notado que as palavras ali proferidas representavam um “ataque”.*
Sem que se faça qualquer outra alteração na frase, mantêm-se o sentido e a correção caso se substitua
- (A) *a ponto de poucos terem notado* por **poucos estavam prestes a notar.**
- (B) *Ao que parece, entretanto* por **Pelo visto, contudo.**
- (C) *Ao que parece, entretanto* por **Conquanto pareça.**
- (D) *as palavras ali proferidas* por **uma vez que as palavras foram ditas ali.**
- (E) *poucos terem notado* por **apenas parte notou.**
-
9. *E, se a capital bandeirante podia promover aquela festa e nela ofertar uma “obra-prima” de Brecheret ao homenageado, isso significava que uma etapa do processo de arejamento das mentalidades já estava vencida.* (8º parágrafo)
Considerando-se o contexto, mantêm-se a lógica e a correção da frase acima, substituindo-se
- (A) *mentalidades* por “minorias”.
- (B) *capital bandeirante* por “pioneira”.
- (C) *isso* por “como”.
- (D) *arejamento* por “renovação”.
- (E) *“obra-prima”* por “estatutário”.
-
10. *Para selar o pertencimento de Menotti ao clã dos modernos...*
O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está em:
- (A) *... de que falara o audaz...*
- (B) *... o Trianon era uma espécie de restaurante-pavilhão...*
- (C) *... a nossa terra contém uma das mais fortes (...) gerações de criadores...*
- (D) *... ironizou Mário de Andrade.*
- (E) *... até chegar a vez de Oswald de Andrade...*



11. O segmento em que se expressa noção de finalidade está em
- (A) ...que lançava uma edição do poema Máscaras. (1º parágrafo).
- (B) ... porque se julgavam incorporados à 'meia dúzia' de que falara o audaz... (último parágrafo).
- (C) ... mas "numa tecla de sonoridade diferente"... (6º parágrafo).
- (D) Com suas chaminés e seus bairros em veloz expansão... (7º parágrafo).
- (E) Para selar o pertencimento de Menotti ao clã dos modernos... (6º parágrafo).

12. De fato, são muitos os estímulos que o sujeito poético na capital do Estado. Por isso, não é de espantar que na conferência "O movimento modernista" (1942) Mário de Andrade volte ao tema da loucura urbana – pessoas de várias partes do mundo, meios de locomoção e inventos que rapidamente a feição da cidade. Era a Pauliceia aos novos tempos.

(Adaptado de FONSECA, Maria Augusta. **Por que ler Mário de Andrade**. São Paulo, Editora Globo, 2013)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada,

- (A) enlouquece – transformou – ajustando
(B) enlouquecem – transformaram – ajustando-se
(C) enlouquecem – transforma – ajusta-se
(D) enlouqueceu – transformara – ajustando-se
(E) enlouqueceram – transformaram – ajustado

Atenção: Considere a entrevista abaixo para responder às questões de números 13 a 15.

D'Almeida: Quais são as relações entre moda e pós-modernidade?

Lipovetsky: De início, para precisar as coisas, quando utilizo o conceito de moda nas sociedades contemporâneas não limito a questão da moda somente às roupas. A moda tem uma lógica que anexa objetos e territórios os mais variados e, no fundo, coincide com o desenvolvimento da sociedade de consumo e de comunicação de massa.

O crescimento do fenômeno da moda se liga à sociedade pós-moderna na medida em que foi a moda que nos arrancou da sociedade disciplinar, autoritária, convencional, em proveito de uma sociedade na qual a maior parte dos indivíduos pode escolher seus modos de vida e não mais se submeter a coações, no trabalho em particular. A moda é uma estrutura social centrada sobre o presente, já que na moda é preciso sem-

pre mudar. O que não quer dizer que a moda destrói as culturas do passado, mas faz o passado perder sua força de imposição. A moda, essencialmente, é reciclagem das formas do antigo.

Creio que as ideologias modernas queriam fazer tábula rasa do passado, inventar um mundo futuro radiante. O mundo da moda não tem mais a ambição de nos arrancar do passado; no fundo, guarda tudo do passado, mas produz coisas completamente diferentes.

(Adaptado de D'ALMEIDA, Tarcisio. **Moda em diálogos**. Trecho da entrevista com o filósofo Gilles Lipovetsky. Rio de Janeiro, Memória Visual, 2012)

13. Infere-se corretamente do texto que
- (A) a moda busca inspiração no passado para se renovar.
(B) o universo da moda nutre desprezo pelo passado.
(C) estar "na moda" é prerrogativa de indivíduos de determinada classe social.
(D) a moda cria simbolicamente projeções de um futuro almejado.
(E) a moda é atributo exclusivo da sociedade pós-moderna.

14. O segmento em que se verifica a causa de uma afirmação anterior está em:
- (A) ... quando utilizo o conceito de moda nas sociedades contemporâneas... (2º parágrafo)
(B) ... já que na moda é preciso sempre mudar. (3º parágrafo)
(C) ... mas produz coisas completamente diferentes. (4º parágrafo)
(D) ... que as ideologias modernas queriam fazer tábula rasa do passado... (4º parágrafo)
(E) ... para precisar as coisas... (2º parágrafo)

15. O verbo empregado no singular que também estaria corretamente empregado no plural, sem que se faça qualquer outra alteração na frase, está grifado em:
- (A) ...mas produz coisas completamente diferentes. (4º parágrafo)
(B) A moda tem uma lógica que anexa objetos e territórios os mais variados... (2º parágrafo)
(C) ... que a moda destrói as culturas do passado... (3º parágrafo)
(D) ... e, no fundo, coincide com o desenvolvimento da sociedade de consumo... (2º parágrafo)
(E) ...na qual a maior parte dos indivíduos pode escolher seus modos de vida... (3º parágrafo)



Raciocínio Lógico-Matemático

16. Uma escola de Ensino Fundamental estabelece um limite máximo para o número de alunos em cada classe. Quando o número de alunos matriculados em determinado ano é maior do que esse limite, são abertas duas ou mais classes desse ano. A tabela a seguir mostra esse limite para cada ano do Ensino Fundamental.

Ano	Número máximo de alunos por classe
1º	20
2º e 3º	25
4º e 5º	30
6º a 9º	35

Em 2014, há 100 alunos matriculados em cada um dos nove anos do Ensino Fundamental nessa escola. Assim, para que o limite máximo de alunos por classe seja respeitado em todos os anos, a escola deverá abrir, no mínimo, um total de

- (A) 31 classes.
- (B) 32 classes.
- (C) 33 classes.
- (D) 34 classes.
- (E) 35 classes.
17. Uma cidade pode ser representada por um quadrado maior subdividido em 100 quadradinhos idênticos, formando um quadriculado 10×10 . Os lados dos quadradinhos correspondem às ruas da cidade e cada quadradinho é um quarteirão. Andando somente pelas ruas dessa cidade, uma pessoa pretende sair de um dos cantos (vértices) do quadrado maior e chegar ao canto diagonalmente oposto, passando pelo centro do quadrado maior. Se o lado de cada quadradinho mede 200 metros, então essa pessoa percorrerá uma distância de, no mínimo,
- (A) 1.400 metros.
- (B) 2.000 metros.
- (C) 2.800 metros.
- (D) 4.000 metros.
- (E) 8.000 metros.

18. Maurício escreveu, em uma folha de papel, a sequência de todos os números ímpares, desde o 1 até o 349, como reproduzido parcialmente a seguir:

(1, 3, 5, 7, 9, 11, ... , 347, 349)

O total de algarismos que foram escritos por Maurício na folha de papel é igual a

Observação: o número 227, por exemplo, possui três algarismos: 2, 2 e 7.

- (A) 350.
- (B) 420.
- (C) 470.
- (D) 455.
- (E) 525.

19. Uma senha é formada por uma sequência de quatro algarismos distintos, colocados em ordem crescente (o primeiro é menor do que o segundo, o segundo menor do que o terceiro, e assim sucessivamente). Sabe-se que a sequência 9401 tem um único algarismo em comum com essa senha, ocupando a mesma posição que ele ocupa na senha. Além disso, o primeiro algarismo da senha é maior do que 2 e o da terceira posição é maior do que 6. Assim, a soma dos quatro algarismos que compõem a senha é igual a

- (A) 22.
- (B) 24.
- (C) 20.
- (D) 23.
- (E) 21.

20. Cinco irmãs, discutindo sobre a festa que aconteceria na cidade no final do mês, fizeram as afirmações abaixo.

- Se a Paula for à festa, então a Bruna também irá.
- Se a Renata não for à festa, então a Laura irá.
- Se a Flávia não for à festa, então a Bruna também não irá.
- Se a Laura for à festa, então a Paula também irá.

Sabendo que as quatro afirmações são verdadeiras e que Paula não foi à festa, pode-se concluir que, necessariamente,

- (A) Bruna não foi à festa.
- (B) Flávia não foi à festa.
- (C) Flávia foi à festa.
- (D) Renata não foi à festa.
- (E) Renata foi à festa.

**Noções de Direito Constitucional**

21. Na Constituição Federal, a cidadania constitui
- (A) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
 - (B) princípio pelo qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
 - (C) fundamento da República Federativa do Brasil.
 - (D) princípio referido no preâmbulo e reafirmado como princípio da Administração pública.
 - (E) um dos princípios gerais da atividade econômica.

22. Considere as afirmativas referentes ao *habeas corpus*:

- I. Pode ser preventivo, a ser impetrado antes da concretização da violência ou da coação, com o objetivo de impedi-la, ou repressivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumada a violência ou a coação, com o objetivo de liberar o paciente.
- II. É remédio constitucional destinado a tutelar a liberdade de locomoção, o direito de ir, vir, parar e ficar do indivíduo.
- III. Pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, independentemente da existência de advogado.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

23. Entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais assegurados pela Constituição Federal, encontra-se

- (A) o seguro desemprego, ainda que em caso de desemprego voluntário.
- (B) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, à quarenta por cento a do normal.
- (C) a remuneração do trabalho noturno em patamar não inferior à cinquenta por cento do diurno.
- (D) a eliminação dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (E) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

24. Sobre a disciplina constitucional dos precatórios, é correto afirmar:

- (A) Consiste na adoção de sistema de parcelamento de 10 anos da dívida, combinado o regime que destina parcelas variáveis entre 1% a 2% da receita de estados e municípios para uma conta especial voltada para o pagamento de precatórios.
- (B) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salário, vencimentos, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) Os débitos de natureza alimentícia serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, com exceção dos débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 70 (setenta) anos ou sejam portadores de doença grave, os quais serão pagos com preferências sobre todos os demais débitos.
- (D) É vedada a cessão de precatórios pelo credor, total ou parcialmente a terceiros, independentemente da concordância do devedor bem como a entrega de créditos em precatório para compra de imóveis públicos.
- (E) É permitida a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total como obrigação de pequeno valor.

25. Relativamente ao Poder Judiciário, é correto afirmar:

- (A) Todas as decisões e todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário de segunda instância serão públicos, sob pena de nulidade.
- (B) Os juízes gozam da garantia de vitaliciedade, que no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício.
- (C) A atividade jurisdicional será ininterrupta, com exceção das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, período em que o atendimento será transferido à primeira instância.
- (D) Os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
- (E) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou antes de decorridos cinco anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.

Noções de Direito Administrativo

26. A obrigatoriedade de licitação para contratação de obras e serviços pela Administração pública

- (A) aplica-se somente aos negócios jurídicos com natureza contratual, tendo em vista que as normas que disciplinam a obrigatoriedade de licitação devem ser interpretadas restritivamente.
- (B) estende-se a outros ajustes celebrados pela Administração, não apenas contratos estritamente considerados, a fim de privilegiar a possibilidade de competição entre os interessados.
- (C) pode ser afastada no caso concreto, caso a Administração comprove que diretamente conseguiria firmar o negócio jurídico por menor custo.
- (D) aplica-se aos órgãos integrantes da Administração direta e às autarquias, não se estendendo às empresas estatais e fundações instituídas pelo poder público.
- (E) é princípio informativo da atuação da Administração pública, que deve ser aplicado apenas para os ajustes e contratos de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em razão do alto custo para realização do certame.



27. De acordo com a Lei nº 8.666/93, há prerrogativas estabelecidas à Administração pública na qualidade de contratante, e direitos atribuídos aos contratados. Dentre esses direitos, destaca-se a
- (A) possibilidade de rescisão unilateral da avença diante da inadimplência da Administração, sob pena de enriquecimento ilícito.
 - (B) prerrogativa de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato caso a equação inicialmente estabelecida se altere, requerendo a complementação da remuneração ou reduzindo o objeto da prestação.
 - (C) faculdade de reduzir o objeto da prestação quando houver defasagem de preço comprovada por pesquisa de mercado ou valores obtidos em outras licitações para contratação de objeto semelhante.
 - (D) prerrogativa de suspender a prestação do serviço ou a execução da obra diante de atraso nos pagamentos superior a 30 (trinta) dias.
 - (E) indenização no caso de haver rescisão por motivo de interesse público por parte do poder público, quando o contratado não tiver dado causa ao fim do ajuste.
28. Os servidores públicos podem ocupar cargo público, emprego público ou função pública. Distinguem-se essas categorias, de forma não exaustiva, porque
- (A) os servidores ocupantes de funções de livre provimento, de confiança, tais como chefia, direção ou assessoramento, não se submetem a concurso público, este que também não se aplica aos servidores temporários, podendo, contudo, haver normas que não se aplicam indistintamente aos dois tipos de função.
 - (B) a contratação de servidores para ocupar função pública dispensa a realização de prévio concurso público, mas permite ocupar, ainda que temporariamente, os cargos vagos no quadro da Administração pública contratante.
 - (C) a contratação de servidores para ocupar função pública dispensa a realização de prévio concurso público, mas permite ocupar, ainda que temporariamente, os empregos públicos vagos no quadro da Administração pública contratante, somente não ensejando aquisição de estabilidade.
 - (D) os servidores ocupantes de função pública não se submetem a prévio concurso público, restrita essa possibilidade, contudo, à contratação temporária.
 - (E) a contratação de servidores para ocupar cargo demanda prévia realização de concurso público, enquanto a contratação de empregados públicos prescinde do certame, na medida em que os servidores submetem-se integralmente ao regime da CLT.
29. Leonardo, que exerce função de confiança em determinada repartição pública, assessorando a Diretoria da unidade, apropriou-se de uma impressora patrimoniada que não estava mais servindo às atividades da Administração, levando-a para sua casa. Passado determinado tempo, a máquina deixou de funcionar, o que motivou o descarte por parte de Leonardo. Persistindo a necessidade de uso, Leonardo tratou de buscar outro aparelho, também patrimoniado, que aparentemente estaria alocado em um armário destinado ao Fundo legalmente destinatário dos bens inservíveis para a Administração. A conduta de Leonardo
- (A) não se enquadra na condição de ato de improbidade, tendo em vista que ele era ocupante de função pública, não constituindo agente público para os fins da Lei de Improbidade.
 - (B) pode se enquadrar como ato de improbidade que causou prejuízo ao erário, tendo em vista que houve diminuição patrimonial pela Administração, ainda que os bens não estivessem em uso no momento da subtração, pois poderiam ser alienados onerosamente.
 - (C) pode se enquadrar como ato de improbidade causador de prejuízo ao erário desde que tenha havido dolo específico por parte de Leonardo.
 - (D) não se enquadra como ato de improbidade porque não seria possível apurar o efetivo prejuízo causado, na medida em que Leonardo operou o descarte da primeira impressora.
 - (E) somente será considerado ato de improbidade se o assessor, instado, não ressarcir o erário do prejuízo causado.
30. A remuneração dos servidores públicos, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) é a soma de todos os pagamentos feitos aos servidores mensalmente, independentemente da natureza da verba, aplicando-se eventual teto somente aos vencimentos recebidos.
 - (B) é composta, exclusivamente, pelo valor dos vencimentos e proventos dos servidores, não integrando o conceito de remuneração eventuais vantagens pecuniárias reconhecidas àqueles.
 - (C) compõe-se dos vencimentos e de eventuais vantagens pecuniárias cuja instituição tenha se dado por lei.
 - (D) não pode ser reduzida nem sofrer desconto, limitando-se a redução por faltas injustificadas a incidir sobre o valor dos vencimentos, não da remuneração.
 - (E) é impenhorável, em razão de sua natureza alimentar, característica que não se estende aos vencimentos, que podem ser sequestrados, arrestados ou penhorados, mediante decisão judicial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O motorista que, em via pública, utilizar veículo para demonstrar manobras perigosas, arrancadas bruscas e derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus poderá, em caso de reincidência, no prazo de 12 meses, ser penalizado com
- (A) cassação da Carteira Nacional de Habilitação, multa e apreensão do veículo.
 - (B) suspensão do direito de dirigir, multa e apreensão do veículo.
 - (C) multa de cinco vezes o valor estabelecido no artigo 258, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo.
 - (D) multa de três vezes o valor estabelecido no artigo 258, inciso I do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), suspensão do direito de dirigir e apreensão do veículo.
 - (E) apreensão do veículo e multa, apenas.
32. O motorista infrator, ao ser punido com a penalidade de cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), poderá requerer sua reabilitação, submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo CONTRAN, decorridos
- (A) 48 meses da cassação da CNH.
 - (B) 36 meses da cassação da CNH.
 - (C) 18 meses da cassação da CNH.
 - (D) 12 meses da cassação da CNH.
 - (E) 24 meses da cassação da CNH.
33. Segundo estabelece o CTB – Código de Trânsito Brasileiro, é, dentre outros, requisito necessário para habilitação nas categorias D e E:
- (A) Idade mínima de 18 anos de idade.
 - (B) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 meses.
 - (C) Estar habilitado, no mínimo, há um ano na categoria B, quando pretender habilitar-se na categoria D.
 - (D) Não ser reincidente em infrações gravíssimas, graves e médias durante os últimos 12 meses.
 - (E) Não ter cometido nenhuma infração gravíssima ou ser reincidente em infrações graves e médias durante os últimos 12 meses.
34. Um motorista do TRT estacionou o veículo de serviço sobre a faixa de pedestres a fim de aguardar um colega servidor que se encontrava nas imediações. Esta inobservância da legislação de trânsito enseja infração
- (A) grave, penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e cômputo de 7 pontos.
 - (B) média, penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e cômputo de 4 pontos.
 - (C) gravíssima, penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e cômputo de 7 pontos.
 - (D) leve, penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e cômputo de 3 pontos.
 - (E) grave, penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e cômputo de 5 pontos.
35. O planejamento de segurança consubstancia-se em dinâmico e contínuo processo de avaliação dos procedimentos de segurança dos ativos e de pessoas contra riscos e ameaças reais e potenciais. O estabelecimento de níveis de planejamento compatíveis com o público-alvo favorece a implantação e compreensão entre os diversos segmentos envolvidos, reduzindo a possibilidade de resistências e sabotagens. Nesse planejamento, o nível que trata da descrição técnica detalhada do sistema integrado, bem como de seus equipamentos, manutenção, instalação e equipes de operação e reparo é o nível
- (A) operativo.
 - (B) institucional.
 - (C) departamental.
 - (D) executivo.
 - (E) estratégico.
36. O estabelecimento de uma sequência ordenada e racional de procedimentos, objetivando a formatação do Planejamento de Segurança, abrange determinadas fases. A fase do Planejamento que envolve programas de treinamento e controle de qualidade denomina-se
- (A) desenvolvimento do planejamento.
 - (B) introdução ao planejamento.
 - (C) manutenção e atualização.
 - (D) conclusão do planejamento.
 - (E) execução e ajustes.
37. De uma forma geral, riscos correspondem à probabilidade de eventos indesejados acontecerem em um período de tempo ou em circunstâncias específicas. Os riscos que designam situações que envolvem apenas a chance de perda, caso se tenha a consecução do risco, são os riscos
- (A) fundamentais.
 - (B) especulativos.
 - (C) particulares.
 - (D) puros.
 - (E) estáticos.
38. A análise de risco utiliza metodologias, técnicas e artifícios que se ocupam da descrição, análise e interpretação de dados estatísticos, históricos e registros, possibilitando a construção e a utilização de dispositivos que permitam prospectar, inferir, organizar e formalizar julgamentos probabilísticos sobre a segurança institucional. Os métodos de análise de riscos podem ser classificados em indutivos e dedutivos. São exemplos de métodos dedutivos de análise de risco:
- (A) HAZOP (Operacionalidade de Perigos) e FTA (Análise de Árvore de Falha).
 - (B) FMEA (Método de Análise do Modo e Efeito de Falha) e HAZOP (Operacionalidade de Perigos).
 - (C) FMECA (Método de Análise do Modo e Efeito de Falha e Criticidade) e FTA (Análise de Árvore de Falha).
 - (D) FMEA (Método de Análise do Modo e Efeito de Falha) e FMECA (Método de Análise do Modo e Efeito de Falha e Criticidade).
 - (E) FMEA (Método de Análise do Modo e Efeito de Falha) e FTA (Análise de Árvore de Falha).



39. O planejamento de contingências consiste no preestabelecimento de um elenco de providências destinadas a prevenir possíveis impactos que a ocorrência de determinados eventos possa causar à prestação de serviço de uma empresa. Neste planejamento, o desenvolvimento de hipótese de emergências está inserido na fase metodológica de
- (A) fixação de objetivos.
 - (B) treinamento.
 - (C) análise de riscos e ameaças potenciais.
 - (D) promoção da capacitação e manutenção.
 - (E) fixação de tarefas e definição de responsabilidades.
-
40. O manejo de emergências inclui a reassunção, recuperação e a restauração das funções e serviços, abrangendo políticas específicas. Contempla o controle das informações, engloba a seleção de porta-vozes e estabelece estratégias para comunicados e coletivas a política de
- (A) serviços para os clientes.
 - (B) recursos humanos.
 - (C) relações públicas.
 - (D) notificação de emergências.
 - (E) capacitação e treinamento.
-
41. Os sistemas eletrônicos compõem-se de sensores, de uma central de processamento e de uma central de monitoramento. Os sensores internos, externos ou perimetrais são os responsáveis por denunciar ocorrência de eventos por intermédio da emissão de sinais eletromagnéticos, sonoros ou de radiofrequência. É um exemplo de detector de intrusão interno
- (A) o botão de pânico.
 - (B) o cabo sensor eletromagnético enterrado.
 - (C) o cabo microfônico e de vibração.
 - (D) a cerca eletrificada.
 - (E) o cabo sensor de fibra óptica enterrados.
-
42. A cobrança de taxas, nos valores constantes no anexo II, da Lei Federal nº 10.826/2003, NÃO inclui a prestação de serviços, relativos a
- (A) emissão de certificado de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo.
 - (B) registro de armas de fogo.
 - (C) renovação de porte de arma de fogo.
 - (D) expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.
 - (E) renovação de registro de arma de fogo.
-
43. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização
- (A) do Ministério da Defesa.
 - (B) do SIGMA – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.
 - (C) do SINARM – Sistema Nacional de Armas.
 - (D) da SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
 - (E) da SSP da Unidade Federativa Local – Secretaria de Segurança Pública da Unidade Federativa Local.
-
44. Segundo as Resoluções nº 104, de 06/04/2010, e nº 124, de 17/11/2010, ambas do CNJ, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça, no âmbito de suas competências, tomarão medidas, no prazo de um ano, para reforçar a segurança das varas com competência criminal, EXCETO no que se refere
- (A) à instalação de câmeras de vigilância nas varas criminais e áreas adjacentes.
 - (B) ao controle de acesso aos prédios com varas criminais ou às áreas dos prédios com varas criminais.
 - (C) ao policiamento ostensivo com agentes próprios, preferencialmente, ou terceirizados nas varas criminais e áreas adjacentes.
 - (D) à instalação de aparelho detector de metais para acesso às varas criminais e áreas adjacentes ou às salas de audiência das varas criminais.
 - (E) à submissão ao aparelho detector de metais para acesso nos moldes previstos na aludida resolução, englobando todas as pessoas, inclusive aquelas que exerçam função pública e a escolta de presos.



<p>45. De acordo com o Ato GP nº 05/2012, dentre as atividades do Serviço de Transporte e Segurança, relacionadas ao exercício do poder de polícia do Presidente do Tribunal, NÃO está previsto:</p> <p>(A) ações de prevenção e de combate a incêndio e outros sinistros.</p> <p>(B) o controle de acesso, saída e circulação de pessoas nos prédios do Tribunal, mediante procedimentos de identificação, monitoramento e outros.</p> <p>(C) a prestação de primeiros-socorros às vítimas de sinistros e de outras situações de risco ocorridas nas dependências do Tribunal.</p> <p>(D) o acompanhamento e segurança de magistrados em situação de risco, independentemente de determinação do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) a coordenação das ações de segurança em eventos patrocinados pela Instituição.</p>	<p>49. De acordo com o Código Penal, nas hipóteses do § 2º do art. 157, a pena é aumentada de 1/3 até metade. Apenas não se enquadra nestas hipóteses se</p> <p>(A) o agente mantém a vítima em seu poder restringindo a sua liberdade.</p> <p>(B) há concurso de duas ou mais pessoas.</p> <p>(C) a vítima está em transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.</p> <p>(D) a violência ou grave ameaça é realizada com emprego de arma de fogo.</p> <p>(E) da violência resultar morte.</p>
<p>46. De acordo com o Código Penal, se o resultado da lesão corporal for grave, o autor do crime estará sujeito à pena de reclusão de dois a oito anos na hipótese de</p> <p>(A) incapacidade para as funções habituais, por mais de trinta dias.</p> <p>(B) incapacidade permanente para o trabalho.</p> <p>(C) perigo de vida.</p> <p>(D) debilidade permanente de membro, sentido ou função.</p> <p>(E) aceleração de parto.</p>	<p>50. De acordo com o Ato GP nº 05/2012, a periodicidade para apresentação de relatório circunstanciado de todas as ocorrências registradas nas dependências do Tribunal, pelo Diretor responsável pelo Serviço de Transporte ao Presidente do Tribunal será</p> <p>(A) mensal.</p> <p>(B) bimestral.</p> <p>(C) trimestral.</p> <p>(D) semanal.</p> <p>(E) semestral.</p>
<p>47. No Código Penal, nos crimes de injúria, infanticídio e lesão corporal, os bens jurídicos tutelados são, respectivamente, a</p> <p>(A) honra, a vida e a integridade física.</p> <p>(B) vida, a honra e a integridade física.</p> <p>(C) honra, a integridade física e a vida.</p> <p>(D) integridade física, a vida e a honra.</p> <p>(E) vida, a integridade física e a honra.</p>	<p>51. Um funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica, contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal comete o crime de</p> <p>(A) furto.</p> <p>(B) concussão.</p> <p>(C) prevaricação.</p> <p>(D) corrupção passiva.</p> <p>(E) peculato.</p>
<p>48. De acordo com o Código Penal, o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio terá a pena duplicada se</p> <p>I. o crime ocorrer por motivo egoístico.</p> <p>II. a vítima for menor ou tiver diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.</p> <p>III. o suicídio se consumar.</p> <p>IV. da tentativa de suicídio resultar lesão corporal de natureza grave.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>52. A posição correta do condutor de um veículo evita desgaste físico e contribui para evitar situações de perigo e acidentes. Práticas que maximizam o desgaste físico e proporcionam condições de perigo são:</p> <p>(A) ajustar o encosto de cabeça de acordo com a estatura dos ocupantes do veículo.</p> <p>(B) manter os calcanhares apoiados no assoalho do veículo e pés descansando nos pedais quando não os estiver usando.</p> <p>(C) segurar o volante com as duas mãos, como os ponteiros do relógio na posição 9 horas e 15 minutos.</p> <p>(D) dirigir com os braços e pernas ligeiramente flexionados.</p> <p>(E) utilizar calçados que fiquem fixos aos pés.</p>



Atenção: Para responder às questões de números 53 a 55, considere a situação proposta:

O motorista está conduzindo o carro oficial, acompanhando o magistrado que repentinamente refere mal-estar, tem epilepsia e não tomou as medicações. Assim que o carro estaciona, o magistrado desce do veículo e cai no chão, convulsionando. Imediatamente, o motorista inicia os primeiros-socorros, identifica um sangramento abundante em supercílio esquerdo e percebe que o braço esquerdo tem um desalinhamento ósseo, sugestivo de fratura.

53. Na realização das ações iniciais, ao prestar os primeiros-socorros, o motorista deve considerar os princípios de

- (A) segurança para proceder à avaliação da cena, garantir a própria segurança, a segurança da vítima dos circunstantes, priorizando as condições que não ameçam a vida, as que possam resultar em perda de membro e por último, as que possam resultar em perda da vida.
- (B) biossegurança procurando utilizar equipamentos de proteção pessoal como luvas, óculos e máscara facial para evitar o contato com fluídos corporais, prevenindo contágio com agentes causadores de doenças transmissíveis e não transmissíveis.
- (C) avaliação primária que consiste em efetuar o exame físico detalhado e verificar cada segmento corporal, iniciando desde a cabeça até os pés, para encontrar e cuidar de lesões, anteriormente não identificadas.
- (D) avaliação secundária visando sistematizar as etapas da avaliação, em que A, B, C, D, E correspondem, respectivamente, à verificação de vias aéreas, respiração, circulação, exposição corporal para avaliar possíveis lesões e realizar o alinhamento da coluna cervical.
- (E) comunicação, que inclui providenciar o acionamento do serviço móvel de urgência disponível na localidade, transmitir as informações acerca do mecanismo de trauma, as condições da vítima e outros fatos pertinentes que permitirão o envio de ambulância e dos recursos mais adequados no atendimento pré-hospitalar até o transporte para o hospital.

54. Dentre as diversas ações do motorista no atendimento ao magistrado, recomenda-se

- (A) conter o sangramento, lavando copiosamente o supercílio do magistrado com água limpa e friccionar a região com sabão neutro.
- (B) introduzir um objeto rígido e pontiagudo entre os dentes do magistrado para evitar mordedura da língua e lesão na boca, durante a convulsão.
- (C) posicionar os dedos polegar e indicador da mão dominante, em movimento de pinça, segurar a língua do magistrado para que ela não enrole e o asfíxia durante a convulsão.
- (D) estabilizar manualmente a cabeça do magistrado durante a convulsão, evitando cuidadosamente impactos violentos do crânio contra o solo.
- (E) introduzir o medicamento na boca do magistrado, esperar o término da crise convulsiva e lateralizar a cabeça, evitando asfíxia com a saliva na cavidade bucal.

55. Ao identificar o desalinhamento ósseo, com suspeita de fratura, é indicado

- (A) utilizar talas moles e flexíveis para imobilizar o membro afetado, aliviando a dor e evitando novas lesões.
- (B) remover joias e adornos que possam prejudicar a circulação, em razão do inchaço local que dificulta a remoção, posteriormente.
- (C) posicionar talas rígidas, imobilizando as duas articulações imediatamente acima da área fraturada.
- (D) verificar a capacidade motora, pedindo para movimentar, amplamente, o membro fraturado.
- (E) avaliar a coloração da extremidade afetada, sendo a palidez considerada resposta positiva da boa circulação no membro.

56. No atendimento ao adulto em parada cardiorrespiratória, dentre as recomendações da *American Heart Association/2010* sobre as manobras de Suporte Básico de Vida, na reanimação cardiopulmonar efetuada pelo indivíduo leigo sem treinamento, inclui realizar

- (A) trinta compressões torácicas alternadas com uma ventilação.
- (B) quinze compressões torácicas alternadas com duas ventilações.
- (C) 100 compressões torácicas alternadas com duas ventilações.
- (D) compressões torácicas continuamente, comprimindo forte e rápido no centro do tórax.
- (E) posicionamento das pás adesivas do desfibrilador externo automático sobre o marcapasso ou adesivo medicamentoso no tórax do adulto.

57. A NR23, em sua última revisão dada pela Portaria SIT nº 221, de 06 de maio de 2011, referencia-se à adoção de medidas de prevenção contra incêndios. Para a maior eficácia de sua aplicação, esta norma afirma que os empregadores devem adotar suas medidas em conformidade com

- (A) as instruções técnicas do respectivo corpo de bombeiros regional, apenas.
- (B) as normas técnicas brasileiras, apenas.
- (C) as normas aplicáveis e a legislação estadual.
- (D) a legislação federal e a NFPA 10, apenas.
- (E) a legislação municipal e as instruções técnicas do corpo de bombeiros.



58. Com relação à classe de incêndio “K”, o extintor ideal para o uso é a base de
- (A) bicarbonato de sódio e agente úmido específico para operações de cozinhas comerciais ou industriais, são recomendados pela NFPA 10 – *Standard for Portable Fire Extinguishers*, porém não há, no Brasil, normalização publicada até o presente momento.
 - (B) monofostato de amônia específico para operações de cozinhas comerciais ou industriais, são recomendados pela NFPA 10 – *Standard for Portable Fire Extinguishers*, porém não há, no Brasil, normalização publicada até o presente momento.
 - (C) bicarbonato de potássio e agente úmido específico para metais pirofóricos, são recomendados pela NFPA 10 – *Standard for Portable Fire Extinguishers*, porém não há, no Brasil, normalização publicada até o presente momento.
 - (D) bicarbonato de sódio misturado com água para operações de cozinhas comerciais ou industriais, conforme normalização brasileira e recomendação das IT's – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros.
 - (E) monofostato de amônia específico para metais pirofóricos, conforme normalização brasileira e recomendação das IT's – Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros.
-
59. Gervásio, empregador do ramo comerciário, investe na adoção de medidas de prevenção contra incêndios em sua empresa, objetivando atender à legislação vigente, em todas as esferas. Com o intuito de definir as responsabilidades, ele assumiu a responsabilidade total pela informação aos trabalhadores sobre a utilização dos equipamentos de combate a incêndio e os dispositivos de alarme existentes. Porém, desincumbiu-se da responsabilidade de informar os trabalhadores sobre os procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança, entendendo que esta é uma atribuição da Brigada de Incêndio e ele jamais deveria tomar providências em relação a esta ação. Nestas condições, considerando as disposições da NR-23 relacionadas aos deveres do empregador, Gervásio agiu
- (A) corretamente, pois cabe exclusivamente à Brigada de Incêndio informar os trabalhadores sobre os procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança, excluindo o empregador deste dever.
 - (B) erroneamente, pois informar os trabalhadores sobre os dispositivos de alarmes existentes na edificação não é obrigação da Brigada de Incêndio nem do empregador. Esta é uma responsabilidade exclusiva do Corpo de Bombeiros.
 - (C) corretamente, pois os deveres do empregador se restringem a informar os trabalhadores sobre a utilização dos equipamentos de combate a incêndio e dos dispositivos de alarmes existentes.
 - (D) corretamente, porém ele deve, também, participar de treinamento sobre proteção contra incêndios e explosões, com carga horária mínima de 20 horas, envolvendo parte teórica e parte prática, atendendo às exigências da NR-23.
 - (E) erroneamente, pois informar os trabalhadores sobre os procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança também é uma das obrigações do empregador.
-
60. As portas de saída de emergência da empresa ALFA possibilitam acesso à sua área externa, o que favorece a ocorrência de sinistros, devido o risco da entrada de pessoas estranhas no interior da empresa. Josué, gerente administrativo, objetivando garantir a segurança patrimonial, instalou câmeras para filmagem deste acesso por 24 horas diárias ininterruptas, além de ordenar que esta porta fosse mantida presa durante a jornada de trabalho, dificultando a abertura da mesma de qualquer forma, tanto externamente quanto internamente à empresa. De acordo com a NR-23, a determinação de Josué está
- (A) errada, pois não é permitido bloquear o acesso às saídas de emergência em qualquer hipótese durante a jornada de trabalho. Neste caso, também não é permitida a utilização de dispositivo de travamento que possibilite a abertura facilitada internamente ao estabelecimento.
 - (B) correta, pois quando há risco ao patrimônio da empresa é permitida a realização de ações como a descrita no caso, inclusive, com a instalação de chaves.
 - (C) errada, pois não é permitido que a saída de emergência fique presa durante a jornada de trabalho. Neste caso, é possível a instalação de dispositivo de travamento que permite abertura facilitada pelo interior do estabelecimento.
 - (D) correta, desde que o vigilante da edificação seja capacitado para retirar o elemento que prende a porta internamente, no caso de sinistros.
 - (E) errada, pois é proibido dificultar a abertura interna de saídas de emergência em qualquer momento e de qualquer forma, mesmo como o uso de dispositivos ou travas que possibilitem facilidade de abertura pelo seu interior.